



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ISABEL VIEIRA BARROS

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS DOS PSICÓLOGOS QUE ATUAM COM A
TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL**

FORTALEZA
2020

ISABEL VIEIRA BARROS

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DOS PSICÓLOGOS QUE ATUAM COM A
TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL

Monografia apresentada ao curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia.

Orientadora: prof. Dra. Sara Guerra Carvalho de Almeida.

FORTALEZA

2020

ISABEL VIEIRA BARROS

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DOS PSICÓLOGOS QUE ATUAM COM A
TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL

Monografia apresentada ao curso de
graduação em Psicologia do Centro
Universitário Fametro – UNIFAMETRO
como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: prof. Dra. Sara Guerra
Carvalho de Almeida.

Aprovado em: 26/06/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Sara Guerra Carvalho de Almeida
Orientadora – Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

Prof^a. Dra. Letícia Decimo Flesch
Membro - Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

Prof^a. M.^a Aline Gadelha de Almeida Duarte
Membro - Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO

B277p

Barros, Isabel Vieira.

Possibilidades e desafios dos psicólogos que atuam com a temática da violência sexual infantojuvenil / Isabel Vieira Barros. – Fortaleza, 2020.

35 f. ; 30 cm.

Monografia – Curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Sara Guerra Carvalho de Almeida.

1. Violência sexual – Crianças. 2. Violência sexual - Adolescentes. 3. Psicologia – Atuação profissional. I. Título.

CDD 150

Dedico este trabalho a toda minha família e aos meus professores que influenciaram significativamente meu percurso acadêmico, em especial a professora Sara Guerra, que com toda sua dedicação e incentivo, orientou-me na produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir trilhar este caminho e viver esse momento único no qual eu sempre sonhei, e que apesar dos obstáculos me proporcionou força e determinação para supera-lo. Gratidão, por iluminar meus passos, por todo cuidado e proteção a mim.

Agradeço a minha família, por entender minha ausência durante a construção deste trabalho, em especial a minha mãe que sempre foi meu porto seguro, que acreditou e me incentivou em todas as minhas decisões e sempre esteve ao meu lado.

Ao meu Amor Felipe, que jamais me negou apoio e me ajudou mais do que nunca na elaboração desta monografia. Obrigada, por me entender nos dias difíceis e por todo seu amor, carinho e estímulo durante a graduação.

A todos os meus amigos, nos quais compartilhei minhas angústias. Gratidão pela força, encorajamento e pelo apoio constante.

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos a minha banca examinadora, professora orientadora Dra. Sara Guerra, professora Dra. Letícia Decimo e professora Mestre Aline Gadelha. Agradeço imensamente suas contribuições e ensinamentos, vocês foram essenciais em meu percurso.

A todos os professores do curso de psicologia da UNIFAMETRO, por todos os ensinamentos e partilhas. Agradeço especialmente aos professores: Gardênia Marques, Lorena Brito, Deborah Farias, Letícia Decimo, Aline Gadelha e Fábio Paz, por proporcionarem aulas enriquecedoras que construíram o meu conhecimento.

Agradeço a minha orientadora Sara Guerra, que desde o início mostrou-se entusiasmada na elaboração deste trabalho, isso foi importante, pois me impulsionou a seguir em frente. Obrigada pela sua disponibilidade, por tirar minhas dúvidas, por todo incentivo, pela atenção, por ser essa pessoa positiva e acima de tudo humana.

As minhas preceptoras de estágio Silvania, Fernanda e Alane, gratidão por todo conhecimento. Agradeço especialmente a Silvania pelas inúmeras trocas, por acolher minhas angústias em relação a este trabalho e por ser essa pessoa engajada que não mede esforços para ensinar. Gratidão.

RESUMO

O presente estudo aborda a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, visto que o objetivo desse estudo é direcionado para a atuação dos profissionais de psicologia. A partir disso foi realizada uma análise fílmica do documentário “O caso Gabriel Fernandez”, buscando verificar a práxis do psicólogo no atendimento a crianças e adolescentes vítimas da violência sexual no contexto psicossocial e no contexto psicoterapêutico. De início, apresenta-se sobre a violência sexual infanto-juvenil e os contextos no qual ela ocorre, em seguida apresenta-se as transformações ocorridas em prol da criança e do adolescente e junto a essas transformações a inserção do profissional de psicologia e sua prática. Deste modo, o estudo se divide em 3 capítulos que perpassa sobre como o psicólogo identifica a violência sexual infanto-juvenil, psicologia e o trabalho com vínculos familiares em contexto de abuso sexual, psicologia e as estratégias de intervenção à negligência e abuso sexual. Os capítulos foram criados a partir da análise fílmica com imagens e falas pertinentes a atuação profissional, ao abuso sexual, a negligência e embasadas teoricamente.

Palavras-chave: Violência Sexual. Atuação Psicologia. Atendimento psicossocial. Abuso sexual

ABSTRACT

This study addresses the issue of sexual violence against children and adolescents, since the objective of this study is directed towards the work of psychology professionals. Based on that, a film analysis of the documentary “The Gabriel Fernandez case” was carried out, seeking to verify the psychologist's practice in assisting children and adolescents victims of sexual violence in the psychosocial context and in the psychotherapeutic context. Initially, it presents about child and youth sexual violence and the contexts in which it occurs, then it presents the transformations that have taken place in favor of the child and the adolescent and together with these transformations the insertion of the psychology professional and his practice. In this way, the study is divided into 3 chapters that goes through how the psychologist identifies sexual violence against children and adolescents, psychology and the work with family ties in the context of sexual abuse, psychology and the intervention strategies for neglect and sexual abuse. The chapters were created from film analysis with images and speeches relevant to professional performance, sexual abuse, neglect and theoretically based.

Keywords: Sexual Violence. Psychology. Psychosocial care. Sexual abuse

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Abuso sexual na infância	20
Figura 2 - Rede de apoio e vínculos afetivos	22
Figura 3 - Projeto de dia das mães	23
Figura 4 - Grupos negligenciados	27
Figura 5 - Que alguém poderia fazer isso com uma criança	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	14
2.1 Objeto de estudo	14
2.2 Local de estudo	15
2.3 Critérios de inclusão	15
2.4 Critérios de exclusão	16
2.5 Procedimentos	16
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
3.1 Como o psicólogo identifica a violência sexual infantojuvenil	17
3.2 Psicologia e o trabalho com vínculos familiares em contexto de abuso sexual	21
3.3 Psicologia e as estratégias de intervenção à negligência e abuso sexual...	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a violência sexual contra crianças/adolescentes é considerada como violação grave de direitos, uma vez que esses indivíduos passaram a ser vistos socialmente como sujeitos de direitos. Para Deslandes *et al* (2015), a violência sexual contra crianças e adolescentes é todo ato ou jogo sexual que tenha a finalidade de satisfazer sexualmente uma pessoa em estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado que a vítima, sendo este último incapaz de dar consentimento.

As vítimas são atraídas e envolvidas em ações cotidianas independente da classe social que ocupam. Tais ações lhe parecem agradáveis, no qual o agressor concede afeto à vítima. Essas ações começam de maneira sutil, mas que de forma gradativa envolvem as vítimas em situações abusivas, podendo até chegar a práticas mais violentas.

Conforme Hohendorff e Patias (2017), apresenta-se por meio de práticas eróticas e sexuais impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. A violência sexual abarca tanto o contato físico como a manipulação de genitais, como também situações nas quais não há contato direto, sendo eles exibicionismo e voyeurismo, ou seja, há distintas formas de violência sexual com ou sem penetração.

Independente das formas em que a violência ocorre, ela deixa marcas profundas as quais crianças e adolescentes sofrem, podendo ocorrer dentro ou fora do convívio familiar.

Em sua maioria, a violência circula entre os membros do grupo familiar, um cotidiano marcado pela violência degrada e desqualifica o relacionamento entre as pessoas, tornando as relações familiares fragilizadas. O sofrimento humano com relação à violência infelizmente ainda é silenciado e banalizado, a invisibilidade social do público em questão, a dificuldade do atendimento pelos serviços públicos e ainda a não notificação da violência às autoridades competentes dificulta uma ação que procure modificar essa realidade, como aponta Marra (2016).

Contudo, desde o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, vários dispositivos públicos e serviços surgiram para

ajudar os grupos familiares e as vítimas a lidarem melhor com a violência, seja ela em forma de maus-tratos, negligência, abandono, abuso e exploração.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico importante no que se refere à mudança na garantia de direitos das crianças e adolescentes. Apresentando a violência sexual como um fator importante no qual merece destaque o parágrafo 4º do artigo 227, pois fala que “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Com isso crianças e adolescentes deixaram de ser estigmatizados, e passaram a serem vistos como sujeitos de direitos possuindo direito à vida, a saúde, à liberdade, respeito, dignidade e a convivência familiar e comunitária. Tal fato culminou com as políticas de proteção e atendimento a crianças e adolescentes criada pela lei número 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme aponta o seu artigo 1º “esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”, garantindo desta forma uma melhoria na qualidade de vida desse público (BRASIL, 1990).

Mas em contrapartida, ainda existem várias violações de direitos dentre elas as violências que a criança ou o adolescente podem sofrer. A violência é um fenômeno que possui diferentes tipos e pode ocorrer de forma isolada ou associada, dentre elas estão: a violência física, violência psicológica, violência institucional e violência sexual. E neste trabalho nos basearemos na violência sexual contra criança e adolescente.

Em seu artigo 5º, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Quando há violação desses direitos é necessário comunicar a autoridade competente para que as medidas de proteção sejam adotadas.

De maneira complementar, as medidas de proteção ocorrem por meio do Sistema de Garantia e de Direitos. O Sistema de Garantia e de Direitos possui a finalidade de promover, defender e controlar a efetivação integral de todos os direitos da criança e do adolescente (direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e coletivos). A efetividade e a eficácia das ações dependem da articulação

intersetorial, interinstitucional, intersecretarial e até intermunicipal, tendo em vista a mesma finalidade (FARINELLI & PIERINI, 2016).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2020), os principais parceiros que compõe o Sistema de Garantia e de Direitos são: os Conselhos Tutelares, os órgãos de segurança pública (Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, Polícia Militar, Polícia Federal) e Ministério Público, atuando em rede de maneira sistemática em prol dos direitos criança e do adolescente.

Desta forma o artigo 86 do ECA, é indicado que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”, destacando desta forma o Sistema de Garantia e de Direitos (BRASIL,1990).

Especificamente acerca de situações de violência sexual, a linha de ação da política de atendimento consiste em “serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão” artigo 87 (BRASIL, 1990).

Além disso, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR) estão estruturados em seis eixos estratégicos, sendo eles: (1)análise da situação; (2)mobilização e articulação; (3)defesa e responsabilização; (4)atendimento; (5)prevenção e (6)protagonismo infanto-juvenil. Sendo um específico para o atendimento. O eixo atendimento visa garantir o atendimento especializado e em rede às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, conforme aponta Hohendorff; Habigzang e Koller (2015).

É possível destacar também a lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, Depoimento especial e Escuta especializada, está lei tornou-se um fenômeno importante, pois cria um sistema de garantia de direitos da criança vítima ou testemunha de violência, criando mecanismos para prevenir a violência.

No que se refere a atendimento psicossocial, os profissionais neste contexto atuam através da mobilização em rede em prol da proteção integral, o mesmo tem um papel menos tecnicista e mais articulador, no sentido de fortalecer direitos através da

rede. Para que isso ocorra, é preciso estar munido de conhecimento acerca das legislações, propor debates e reflexões na direção da autonomia dos sujeitos atendidos, assim como apontam Macedo e Conceição (2017).

Deste modo, o apoio familiar e o acompanhamento multiprofissional em rede são considerados igualmente importantes. É necessário que a equipe tenha um olhar ampliado para aspectos sociais, culturais, psicológicos que perpassam as vítimas e o seu grupo familiar.

Diante do que foi exposto faz-se o seguinte questionamento: Como os profissionais de psicologia que lidam com a temática da Violência Sexual percebem a sua prática?

Parte-se da hipótese que o papel do profissional de psicologia no atendimento à crianças e adolescentes vítimas da violência sexual é de suma importância, pois ajudará o sujeito a ressignificar o trauma vivido; um dos passos primordiais se dá através da fala, da percepção dos sentimentos envolvidos, assim como também da escuta ativa deste público, tendo em vista a superação/ressignificação da violência.

Segundo o Arpini *et al* (2017), houve um grande avanço no que se refere às políticas de proteção à criança e ao adolescente, mas ainda são muitos os desafios em relação à compreensão desse fenômeno complexo e multicausal, razão pela qual pesquisas envolvendo o tema se tornam extremamente relevantes.

O interesse pessoal por este assunto ocorreu durante os Estágios Básico II e Específico I, visto que muitas eram as demandas no campo do estágio relativas ao tema, assim como também o desconhecimento pessoal da prática profissional da Psicologia neste viés.

Como citado anteriormente, esse é um problema de saúde pública, que envolve diretamente a Psicologia. Assim, acredita-se que seria vantajoso fortalecer as redes de apoio e de proteção, proporcionar aos profissionais capacitações que tratem da problemática através de novas formas de intervenção, o acompanhamento desses profissionais para o autocuidado também é um fator importante, pois são seres humanos passíveis ao adoecimento. Complementarmente, esta pesquisa visa cooperar para o aprofundamento dos estudantes de Psicologia em relação à atuação profissional, bem como informá-los sobre este problema social que vem atingindo a população infantojuvenil.

Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios que perpassam a prática dos psicólogos que trabalham com a temática da Violência Sexual contra crianças e adolescentes.

Os objetivos específicos deste estudo verificarão a práxis do psicólogo no atendimento às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual no contexto psicossocial e no contexto psicoterapêutico, e esboçará o percurso da assistência à vítima de abuso sexual infantil e seus familiares.

2 METODOLOGIA

O método utilizado neste estudo foi uma análise fílmica do documentário intitulado como “O caso Gabriel Fernandez”, do ano de 2020, trata-se de uma obra com base em fatos reais, o caso aconteceu em *Los Angeles*, Califórnia mais precisamente na cidade de *Pamdale* em 2013, um garoto de apenas 8 anos sofreu abuso infantil, a criança foi torturada e morta por sua mãe Pearl Fernandez e pelo padrasto Isauro Aguirre.

2.1 Objeto de estudo

O documentário foi realizado a partir de uma investigação minuciosa sobre o caso e dirigido pelo documentarista Brian Knappenberger, nele apresenta-se entrevistas realizadas com jornalistas, advogados, promotores, psicólogos, membros da família dentre outros. A obra foi lançada na Netflix¹, como uma minissérie em seis partes, abordando temáticas pertinentes como: abuso infantil, tortura, negligência, homofobia, vínculos afetivos, falhas no serviço de proteção à criança e retrata também a perspectiva da psicoterapeuta.

Como mencionado, a minissérie é dividida em seis episódios que perpassam a vida de Gabriel desde seu nascimento até a sua morte, as investigações realizadas e o julgamento dos abusadores, no caso a mãe e o padrasto de Gabriel. O primeiro episódio revela os inúmeros abusos sofridos por Gabriel, o início das investigações sobre o caso e a possibilidade de um abalo no sistema de proteção a criança, devido à negligência profissional.

No segundo episódio, tem-se o início do julgamento, os testemunhos dos profissionais da emergência e a confirmação de que o fato se tratou também de um crime de homofobia. Já no terceiro episódio, testemunhos e entrevista com membros da família direciona a mãe da criança ao crime, a psicóloga apresenta um relatório e a professora relata sobre os sinais de abuso de Gabriel. O quarto episódio, é marcado pela negligência por parte dos profissionais da entidade competente ao não

¹ Netflix é uma plataforma popular da atualidade para assistir a filmes e séries de TV online.

investigarem profundamente as acusações de abuso sofridas pelo garoto Gabriel e pela investigação de documentos do caso.

No quinto episódio, tem-se o depoimento dos irmãos da criança e a perspectiva da psicoterapeuta sobre a rede de apoio. E por fim o sexto e último episódio, o padrasto é sentenciado à pena de morte e a mãe à prisão perpétua. O documentário realiza uma crítica ao sistema de proteção, destacando as falhas de um sistema de proteção a criança que não pôde evitar o pior resultado.

Deste modo, a análise fílmica é um método de pesquisa que não possui uma fórmula única para ser seguida, mas é preciso desenvolver embasamento teórico para que a análise não seja deficitária. Segundo Mombelli e Tomaim (2014), a análise de um filme caracteriza-se a partir da desconstrução e decomposição do conteúdo para que ocorra a compreensão e interpretação dos elementos.

2.2 Local de estudo

A pesquisa foi realizada a partir das seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) a partir do período do mês de fevereiro de 2020. Na base de dados, foram utilizados 4 descritores, sendo: Violência Sexual. Atuação Psicologia. Atendimento psicossocial. Abuso sexual.

2.3 Critérios de inclusão

Os critérios para a inclusão dos estudos foram artigos indexados, estudos direcionados a prática profissional da psicologia no contexto de atendimento a vítima de violência sexual, redigidos no idioma português, publicados a partir do ano de 2015, essa delimitação do ano de 2015 para a análise dos estudos foi referente a dados desatualizados dos anos anteriores e maior predominância de estudos realizados a partir do ano citado.

2.4 Critérios de exclusão

Os critérios de exclusão foram artigos repetidos, artigos em outros idiomas, notícias, cartas, resenhas, temas que não abarcavam a temática da pesquisa, artigos que apresentavam a prática de outros profissionais e artigos publicados em período anterior ao ano de 2015, que foi o período de publicação estabelecido para a realização do estudo.

2.5 Procedimentos

A pesquisa foi realizada a partir do mês de fevereiro de 2020. A princípio foi realizada a escolha do tema e a definição dos objetivos para em seguida pesquisar artigos por meio de uma leitura minuciosa com o intuito de que esses artigos abarcassem a temática proposta, excluindo-se artigos que não se enquadravam nos critérios de inclusão, tendo como critérios de escolha por artigos completos, publicados no Brasil a partir do ano de 2015, escritos em português e direcionados à prática do psicólogo no contexto de abuso sexual.

Após a primeira análise sistemática dos resumos, os artigos selecionados foram lidos na íntegra. Em seguida, uma nova análise foi realizada, selecionando apenas os estudos que mais se aproximam da temática de interesse, os quais foram utilizados neste estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise do documentário foram destacadas três grandes temáticas que serão abordadas no decorrer dos capítulos deste estudo, tais temáticas foram divididas em: o psicólogo na identificação da violência sexual, Psicologia no trabalho com vínculos familiares e Psicologia e as estratégias de intervenção à negligência e ao abuso sexual.

3.1 Como o psicólogo identifica a violência sexual infantojuvenil

Os psicólogos têm integrado as equipes multiprofissionais com frequência, visando à prevenção e ao atendimento as vítimas em situações de violência infantojuvenil. De acordo com Hohendorff; Habigzang & Koller (2015), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) recomenda que os psicólogos que atuam nos serviços de proteção social à crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, prestem atendimento psicossocial a esse público, estando assim de acordo com as orientações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Deste modo, o atendimento psicossocial difere da psicoterapia em decorrência dos seus modos de intervenção. Com isso, o trabalho do psicólogo no atendimento psicossocial caracteriza-se através de um conjunto articulado de ações que viabilizam a garantia de direitos. Sua composição é permeada por instituições denominadas por redes de atenção, que envolve o poder público e a sociedade civil nos vários campos de atuação, assim como apontam Macedo e Conceição (2017).

Segundo Hohendorf, Habigzang e Koller (2015) esse atendimento psicossocial é pautado em procedimentos técnicos, que têm por objetivo constituir ações de atendimento e de proteção às crianças e adolescentes, através do fortalecimento da autoestima, da reinserção comunitária e familiar, possibilitando a superação da violência sofrida.

Hohendorf, Habigzang e Koller (2015) também afirmam que a psicoterapia tem o seu lugar na saúde mental, e se constitui a partir da aplicação sistematizada e controlada dos métodos e técnicas reconhecidas pela ciência, estando de acordo com a ética profissional, tendo por finalidade promover a saúde mental, fornecendo

condições para o enfrentamento de conflitos e transtornos mentais.

Segundo Santos *et al* (2019), nem sempre os danos físicos, psicológicos e sociais causados pela violência sexual contra crianças e adolescentes resultam em lesões, invalidez ou morte. No entanto, suas consequências podem ser imediatas ou tardias podendo manifestar-se após anos do ocorrido em forma de psicopatologias como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e dentre outras disfunções que alteram o comportamento do indivíduo em decorrência da violência.

Hohendorff; Habigzang e Koller (2015), afirmam que as vítimas de violência sexual que apresentam alguma condição psicopatológica deveriam receber acompanhamento psicossocial e tratamento psicoterápico. Os tratamentos apesar de possuírem objetivos distintos, se complementam, e compartilham do mesmo objetivo final que é promover qualidade de vida aos indivíduos.

Durante a análise do documentário “O caso Gabriel Fernandez”, a promotora de justiça Jackie Lacey fala: “ver sinais de abuso e perceber que algo poderia ter sido feito lá trás, para que essa criança pudesse estar viva” (O caso..., ep.1, min. 22:02, 2020), se referindo aos indícios de violência que Gabriel apresentava. A violência infantil é uma forma de transgressão dos direitos na infância.

Partindo do pressuposto de que a violência possui múltiplas faces, o profissional deve ser capaz de identificar sinais de violência para que um atendimento seja efetivo. Contudo, assim como apontam Veloso, Magalhães e Cabral (2017) a visibilidade dos sinais depende da possibilidade da escuta e do olhar ampliado que o profissional possui em seu atendimento.

Ao longo do documentário, a psicoterapeuta Wendy Smith fala: “ao ler o relatório de uma avaliação neurocognitiva de um psicólogo que entrevistou longamente a Pearl” (O caso..., ep.3, min. 12:41, 2020); mencionando um entre os tipos de instrumentos/técnicas que o psicólogo pode utilizar a depender do contexto e do enfoque teórico no qual ele trabalha.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2019), pautado na resolução nº 06/2019 em seu artigo 11º expõe sobre o relatório psicológico no qual consiste em um documento que, por meio de uma exposição escrita, descritiva e

circunstanciada, considera os aspectos históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida, podendo também ter caráter informativo. Este documento visa comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.

Assim sendo, os instrumentos e técnicas utilizadas têm um importante papel nos atendimentos às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Estes são alguns dos instrumentos/técnicas: escalas/teste psicológicos, entrevistas, avaliação psicológica, anamnese e o acompanhamento terapêutico.

Segundo Rossato *et al* (2018) estes recursos auxiliam na compreensão de elementos que influenciaram a violência, na percepção em relação ao desenvolvimento de sinais e sintomas, contribui também no embasamento de pareceres quando solicitados pelos órgãos de proteção à vítima.

Como citado anteriormente, os psicólogos possuem um conjunto de técnicas de intervenção, que são empregadas de acordo com o enfoque teórico e o contexto de atuação do profissional. Portanto, os profissionais de psicologia que atuam no contexto psicossocial realizam atividades importantes deste atendimento: acompanhamento, visita domiciliar, institucional, planejamento de intervenções e entrevistas com os familiares no intuito de fornecer suporte para a vítima.

De acordo com Hohendorff; Habigzang & Koller (2015), no contexto psicoterapêutico o psicólogo utiliza testes psicológicos, anamnese, acompanhamento terapêutico, avaliação psicológica e intervenções psicoterápicas. As intervenções possuem 4 diretrizes: (1)devem ser baseadas em evidências; (2)possuir objetivos; (3)abordagem estruturada; (4)estratégias para manejo de consequências emocionais. Portanto, a psicoterapia apresenta uma função importante na mediação dos impactos causados pela violência sexual.

No decorrer do documentário, a psicoterapeuta Wendy Smith fala sobre o relatório de Pearl Fernandez (FIGURA 1).

Figura 1 - Abuso sexual na infância



Fonte: documentário O caso Gabriel Fernandez. Netflix.

Nesta cena, a psicoterapeuta Wendy Smith expõe: “O relatório mencionou um histórico de estupro coletivo e tentativa de estupro pelo seu tio, bem como exposição à violência doméstica quando criança” (O caso..., ep.3, min. 14:18, 2020); evidenciando um histórico progressivo de violências. Muitas vítimas são crianças e jovens, e não sabem como se proteger, outras apesar de serem mais velhas, quando pressionadas são forçadas a manterem silêncio, causando-lhes maior sofrimento.

Rossato *et al* (2018), afirma que em caso nos quais os adultos foram vítimas na infância, é possível observar interferências deste acontecimento durante toda a vida, através das consequências nos momentos de iniciação sexual e na construção de uma família.

Durante o desdobramento do documentário, sobre a recuperação de um trauma a psicóloga Wendy Smith relata:

Um dos aspectos mais importantes na recuperação de um trauma, o trauma de abuso, é distanciar-lo de si mesmo. Ou seja, não é sobre si, não é algo que você fez, é algo pelo qual você passou. E eu acho que esse distanciamento é a conjuntura mais importante para a cura. (O caso..., ep.5, min. 46:05, 2020).

Nesse sentido, em relação à prática do psicólogo no atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas da violência sexual busca-se a redução dos

prejuízos psicológicos sofridos e ter um bom suporte familiar ajuda muito esse processo, o atendimento deve ser pautado na mudança de condições que geram violência. Assim, o psicólogo deve atuar no sentido da emancipação e transformação da realidade dos envolvidos.

Um recurso que pode ser utilizado como prática interventiva é o mapa dos cinco campos. O mapa dos cinco campos é uma ferramenta muito utilizada por psicólogos na identificação da rede de apoio daqueles que passaram por situação de abuso sexual, com esse recurso é possível identificar as pessoas de maior e menor proximidade da criança ou adolescente sendo eles: família, escola, amigos, parentes e dentre outros.

De acordo com Nascimento e Rosa (2015), o mapa dos cinco campos constitui-se em um tabuleiro com seis círculos que possuem o mesmo centro, cada círculo representa os níveis de proximidade com o participante que se localiza no centro, o primeiro e o segundo círculos representam as relações mais próximas, o terceiro e o quarto círculos representam as relações mais distantes e o quinto círculo mais afastado do centro representa as relações negativas. Desta forma é possível identificar e avaliar a estrutura da rede de apoio de crianças/adolescentes e a qualidade dos vínculos estabelecidos.

3.2 Psicologia e o trabalho com vínculos familiares em contexto de abuso sexual

Como mencionado anteriormente, vínculos familiares são valiosos no processo de superação ou ressignificação de um trauma, mas nem sempre esses vínculos familiares encontram-se estruturados. Segundo Coutinho e Morais (2018), a família é um importante contexto de desenvolvimento, por fazer parte do grupo de maior contato da criança. Contudo, a família pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento da criança, constituindo-se como um fator de risco ou de proteção, a depender da qualidade das relações entre os membros.

Partindo da premissa, de que o núcleo familiar é o local de referência na proteção de crianças e adolescentes, que em contrapartida pode se tornar um local

de risco, com a ocorrência da violência intrafamiliar, sendo esta um tipo de violência no qual o perpetrador é da mesma família que a vítima. Segundo Barbosa, Antunes e Padilha (2016), a violência intrafamiliar é considerada quando a agressão ocorre dentro da família, ou seja, existe alguma relação de parentesco entre a vítima e o agressor.

De acordo com Nascimento e Rosa (2015), em relação aos vínculos, eles estão intimamente ligados à rede de apoio social dos indivíduos, são estabelecidos através de influências recíprocas entre as pessoas dispondo de elementos afetivos, que contribuem positivamente para o desenvolvimento humano.

Durante o documentário, a psicóloga reforça o papel dos vínculos afetivos para a condição humana (FIGURA 2).

Figura 2 - Rede de apoio e vínculos afetivos



Fonte: documentário O caso Gabriel Fernandez. Netflix.

Isso se torna evidente, quando a psicoterapeuta Wendy Smith relata: “nós como seres biológicos temos que nos ligar a algum tipo de figura de cuidador, nós dependemos disso”.(O caso..., ep.3 min. 26:18, 2020), afirmando o vínculo como parte essencial para o desenvolvimento biopsicossocial dos seres humanos.

Sabe-se que a rede de apoio dos indivíduos passa por diversas transformações ao longo da vida, a depender do contexto no qual se está inserido, bem como o estabelecimento de vínculos entre eles. Portanto, as relações com pessoas e instituições significativas podem ser recursos protetivos, independente de possuírem ou não laços consanguíneos.

A figura do cuidador não está relacionada apenas a família nuclear, e sim ao papel protetivo que esta exerce, está vinculado também ao estabelecimento de confiança, afetividade e ao elo significativo existente. Neste sentido, Elizabeth tia-avó de Gabriel relata:

Acho que por um ano e meio ele tava(sic) com o Michael e o David, e os dois eram muito bons com ele. Levavam ele a todos os lugares, tava (sic) sempre limpo e feliz [...] os dois amavam cria-lo, amavam ficar com ele e Gabriel amava os dois (O caso..., ep.3 min. 17:07, 2020).

Santos *et al* (2019), ressaltam a importância das relações familiares na saúde mental, a influência no psicológico e emocional e nas relações interpessoais de crianças e adolescentes. Uma vez que há casos de abuso sexual intrafamiliar, a rede de apoio social e afetiva é caracterizada como um elemento capaz de minimizar ou neutralizar o impacto da revelação dos abusos, ajudando no enfrentamento da situação. Deste modo, a atuação da rede de apoio no momento da revelação do abuso sexual, pode ser considerada um mediador importante como também afirmam Coutinho e Morais (2018).

Ao decorrer do documentário, a professora Jennifer Garcia relata sobre um projeto desenvolvido por ela e pelos alunos em alusão ao dia das mães, no qual Gabriel decidiu participar de forma livre e espontânea (FIGURA 3). Então, a professora Jennifer Garcia fala: “eu senti que ele queria fazer aquilo porque no fundo ele realmente queria que ela o amasse, ele tava tentando fazer lá feliz”. (O caso..., ep.3, min. 57:35, 2020), evidenciando vínculos familiares fragilizados.

Figura 3 - Projeto de dia das mães



Fonte: documentário “O caso Gabriel Fernandez”. Netflix.

Conforme Santos *et al* (2019), o psicólogo quando observa uma situação como essa, deve-se buscar o desenvolvimento de estratégias para manutenção ou reestruturação de vínculos, no intuito de promover relações familiares saudáveis.

No atendimento psicossocial às vítimas de abuso sexual, a família também recebe apoio dos profissionais, as intervenções são estruturadas de acordo com a demanda de cada família e a aderência desta ao serviço. De início, o profissional de psicologia juntamente com outros profissionais realiza uma intervenção de psicoeducação com a família, tendo por finalidade o acolhimento e a compreensão dos aspectos relacionados ao atendimento. Neste acolhimento, o contrato é estabelecido, resguardando-se a privacidade, o sigilo e a importância do envolvimento da família no atendimento.

Segundo Lemes e Neto (2017), a psicoeducação caracteriza-se por ser um processo de caráter educativo cujo objetivo é sinalizar para as mudanças comportamentais, sociais e emocionais, é a maneira mais efetiva para auxiliar as pessoas e ensiná-las a se ajudarem, propiciando conscientização e autonomia.

De maneira complementar, são realizadas visitas domiciliares às famílias para acompanhar as condições no qual a família está inserida; observar o relacionamento entre os membros; identificar o motivo de faltas ao atendimento, assim como também para fortalecer os laços entre profissional e família.

Desta forma, Macedo e Conceição (2017) apontam, que na visita domiciliar busca-se conhecer a realidade socioeconômica da família, as imediações e as condições da residência, bem como investigar os prováveis motivos do não comparecimento ao atendimento, em contrapartida essa visita pode se tornar um fator importante para assegurar a continuidade do atendimento.

Durante o percurso de análise do documentário, a psicóloga Wendy Smith relata: “É necessário ter um porto seguro para poder resolver o resto, se nem isso temos não dá” (O caso..., ep.5, min. 45:29), enfatizando sobre a importância de se ter uma rede de apoio. Portanto, em caso de abuso sexual esse porto seguro, deve acolher e compreender a vítima, de modo que ela se sinta segura.

Neste sentido, é realizado pelos psicólogos do atendimento um grupo de vínculos familiares, este trabalho é direcionado aos adolescentes que já são acompanhados pelos profissionais com o intuito de se estabelecer diálogos com a família; propiciar aos participantes a possibilidade de partilhar suas vivências e mobiliza-los para otimização dos vínculos familiares.

Para Costa, Silva e Silveira (2018), os grupos são um conjunto de indivíduos que interagem entre si. Desta forma, as intervenções grupais proporcionam mudança e transformação da realidade, sendo que, ao passo que o indivíduo vai se constituindo, o grupo também vai ganhando força, enquanto o grupo se fortalece o indivíduo também evolui, e isso se dá, devido à interação e ao vínculo estabelecido.

No que se refere à notificação, o profissional mediante suspeita ou confirmação sobre o abuso sexual ocorrido, tem a obrigação de informar às autoridades competentes como o Conselho Tutelar ou a Delegacia especializada sobre o assunto, caso contrário estará sendo negligente. Consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a notificação é obrigatória para profissionais das áreas de saúde e educação conforme o artigo 13 (BRASIL, 1990).

3.3 Psicologia e as estratégias de intervenção à negligência e abuso sexual

Como mencionado no capítulo anterior, no que se refere à negligência. De acordo com Santos *et al* (2019), por muito tempo, a violência sexual fez parte de um tema de pesquisa negligenciado em quase todas as partes do mundo, porém, em razão de seus efeitos prejudicarem a vida das pessoas por um longo período, essa temática passou a ser investigada na contemporaneidade por tratar-se de um problema de saúde pública.

Contudo, vários dispositivos públicos foram criados em prol da proteção integral da criança e do adolescente que passaram pelo abuso sexual, incluindo o atendimento psicológico como mecanismo importante. Além disso, outros dispositivos podem ser citados como: o Conselho Tutelar, a Delegacia de Combate a Exploração da Criança e Adolescente (DCECA), o Conselho de Direitos da Criança, o Ministério Público, CRAS, CREAS, postos de saúde/hospital, dentre outros que realizam ações

conjuntas (NASCIMENTO & ROSA, 2015).

A partir da análise do documentário, a questão da negligência ainda é bastante recorrente, é possível identificar isso quando o editor do jornal Shelby fala “e como uma criança que tinha tantos sinais de abusos seguidos e duradouros passou batido?” (O caso..., ep.5, min.15:40, 2020), neste caso há evidência de negligência.

O contexto familiar também é afetado nas situações as quais a violência sexual infantojuvenil ocorre. Para Rossato et al (2018), no caso de violência sexual intrafamiliar em que se tem a revelação, a denúncia e o enfrentamento costumam caracterizar um processo delicado tanto para a criança como também para os adultos, pois isso envolve admitir e explicitar que a violência ocorreu dentro da família. Porém, o grupo familiar também pode ser a perpetuadora de violência no qual omite e negligencia o abuso.

Com isso, é de suma importância que seja estabelecido um trabalho em rede com apoio de uma equipe multidisciplinar. A equipe composta por psicólogos, assistentes sociais e assistentes jurídicos irão elaborar um relatório informando a situação da criança/adolescente e encaminhar ao Conselho Tutelar para que o órgão garanta a proteção da vítima. Além disso, outras intervenções podem ser realizadas como grupo mencionado no capítulo anterior, desta vez não com os adolescentes, mas com os responsáveis. O grupo com a família propicia o acolhimento, a exposição de angústias e sentimentos.

Segundo Costa, Silva e Silveira (2018), a psicologia grupal tem como finalidade estudar os microgrupos humanos, entendendo-se por todos aqueles nos quais os indivíduos podem reconhecer-se em sua singularidade e se perceberem como seres distintos, mantendo ações interativas na busca de objetivos compartilhados.

Como citado no capítulo anterior, e evidenciado durante o documentário pelo repórter Garret Therolf quando relata: “e cada vez que avista uma lesão deve notificar isso nele” (O caso..., ep.5, min. 13:29, 2020), reafirmando a importância da notificação para que medidas de proteção sejam adotadas em relação a criança ou adolescente.

As medidas de proteção acontecem em rede, pois contam com diferentes serviços dos âmbitos da saúde, assistência social e justiça. De acordo com Hohendorff & Patias (2017), é necessário que os profissionais tenham conhecimento da configuração das redes para que seja realmente integrada e que planeje ações conjuntas. Entretanto, a ação sistematizada das redes é um desafio devido ao número de serviços envolvidos, os quais estão em diferentes setores. Estes serviços são orientados por diretrizes do ECA, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Judiciário

Segundo Hohendorff & Patias (2017), vários estudos tem evidenciado a precariedade das redes de proteção. Essa precariedade diz respeito à infraestrutura dos serviços, a diversas intervenções repetidas e a falta de acolhimento das vítimas e familiares pelos profissionais.

Em contraponto, os profissionais têm se dedicado para garantir o atendimento especializado em rede, através de encaminhamentos, na realização de palestras preventivas durante todo o ano com temáticas pertinentes ao abuso sexual, tem-se também buscado conhecer os outros serviços que compõem a rede de proteção e como eles funcionam e tem-se realizado visitas institucionais às escolas, Centro de Apoio Psico Social (CAPS), Centro de Integração Tecnológica e Social (CITS) e também aos acolhimentos. Buscando desta maneira, agregar valor ao serviço prestado e proporcionar um atendimento de qualidade.

Macedo & Conceição (2017), afirmam que a visita institucional escolar pode contribuir significativamente no fortalecimento dos vínculos, com o elo estabelecido entre profissionais de atendimento e instituição escolar, articulam ações em prol da proteção da criança, propondo a inclusão de projetos/atividades extraclasse no intuito de estimular e capacitar à criança ou adolescente.

No decorrer do documentário, o promotor Jonathan Hatami expressou seus sentimentos em relação à sociedade, ao mesmo tempo em que expôs uma crítica reflexiva (FIGURA 4).

Figura 4 - Grupos negligenciados



Fonte: Documentário “O caso Gabriel Fernandez”. Netflix.

O promotor do caso Jonathan Hatami expõe:

Temos uma ideia de como as pessoas e a sociedade são, pela forma como as crianças, os idosos e os animais são tratados. São os grupos mais vulneráveis em nossa sociedade, eles precisam do máximo de apoio. E sabe como eles são tratados? (O caso..., ep.1, min. 43:40, 2020).

De acordo com Arpini *et a* (2017), a vulnerabilidade desses grupos se constitui de um pensamento cristalizado em nossa sociedade, pois são considerados por ela como seres “frágeis”, tornando-os indivíduos socialmente negligenciados e estigmatizados, suscetíveis a fatores de risco que vão além da questão de renda e a exposição à violência.

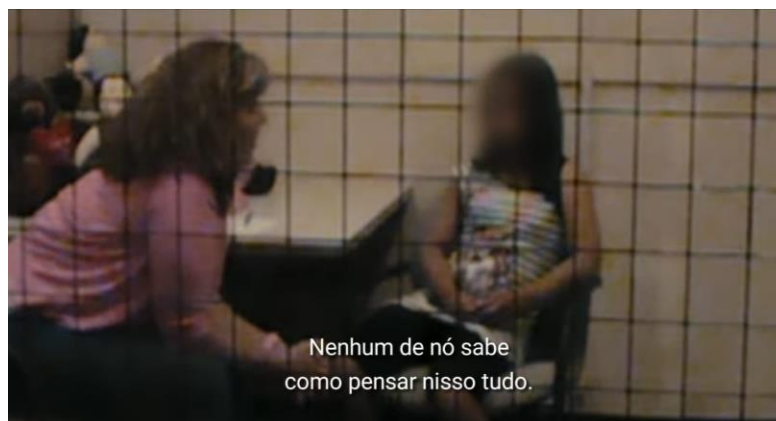
Contudo, é possível realizar um trabalho efetivo em prol desses grupos, seja através do atendimento psicoterapêutico individual, da assessoria jurídica sobre seus direitos. Segundo Hohendorff; Habigzang & Koller (2015), o atendimento psicoterapêutico individual tem um papel importante na reestruturação da memória traumática, na redução de sintomas psicopatológicos, na resolução de problemas decorrentes da violência sexual, melhora da autoestima e aprendizagem de comportamentos protetivos.

A realização de campanhas no combate a violência sexual infantojuvenil também produzem efeitos significativos, pois possibilita que a comunidade absorva

conhecimentos a respeito da temática que ainda hoje é pouco discutida. Essas campanhas são realizadas pelos profissionais que compõe a rede, elas acontecem em escolas, praças, centro de eventos e buscam mobilizar o maior número de pessoas para essa temática.

No decorrer do documentário, a psicoterapeuta Wendy Smith relata: “nenhum de nós sabe o que pensar sobre isso” (O caso..., ep.5, min. 37:10, 2020), se referindo as inúmeras violências que Gabriel Fernandez vivenciou (FIGURA 5).

Figura 5 - Que alguém poderia fazer isso com uma criança



Fonte: documentário “O caso Gabriel Fernandez”. Netflix.

Neste sentido, é possível observar a necessidade de se trabalhar a educação sexual com crianças e com adolescentes. Desta maneira, a criança aprende a se proteger, pois passa a identificar o que é toque bom, e o que é toque ruim através de intervenções lúdicas, divertidas e educativas que o profissional de psicologia propõe.

Varela & Melo (2015), ressaltam que a educação sexual é uma ferramenta de ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana, desta maneira a educação sexual infantil é realizada no nível do conhecimento de informações básicas como a identificação de sentimentos, de toques que podem ser positivos ou negativos e a conhecer as partes do corpo. A educação sexual infantil é um recurso de extrema relevância para a prevenção ao abuso sexual, pois ela engloba todos os processos da sexualidade da criança.

Portanto, este estudo buscou enfatizar o exercício profissional do psicólogo que atua diretamente com a temática de abuso sexual perpassando por contextos de atuação, práticas interventivas, fatores extrínsecos e intrínsecos relacionados ao abuso e as possibilidades e os desafios que atravessam essa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, além de abordar a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, procurou discutir sobre a atuação dos profissionais de psicologia no atendimento psicossocial e psicoterapêutico, perpassando sobre as práticas interventivas relacionadas ao contexto familiar, atendimento em rede e em situações que envolvem negligência.

O objetivo desse estudo teve como foco a atuação do profissional de psicologia, visto que o psicólogo tem muito a contribuir tanto na prevenção da violência infantojuvenil quanto na minimização dos danos dela advindos, através de recursos e práticas interventivas citadas neste trabalho. Deste modo, é de suma importância que o trabalho seja realizado em rede e com a ajuda de outras categorias profissionais.

Quanto às vantagens desse estudo, é uma temática pouco discutida no âmbito acadêmico e que merece um aprofundamento teórico. Outra vantagem foi a realização de estágio em uma instituição que trabalha diariamente com a temática da violência sexual, observar o cotidiano, as práticas e estar junto dos profissionais que lidam com esse assunto.

Os limites encontrados foram referentes a poucos estudos encontrados que englobassem o assunto na perspectiva atual. Outra dificuldade encontrada nos artigos é a falta de uma delimitação clara entre as intervenções psicossociais e psicoterápicas.

A sugestão de estudo é referente a intervenções psicoterapêuticas relacionadas ao abuso sexual, tendo em vista que a maioria dos estudos envolvendo essa temática é direcionada ao atendimento psicossocial.

REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M. *et al.* O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v.12, n.2, 2017.

BARBOSA, V. M. C; ANTUNES, M. C, PADILHA, M. G. S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar em acolhimento institucional por medida de proteção: o abuso sexual em foco. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 36, n.91, p. 286-309, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

Acesso em: 01 de Março de 2019.

_____. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 de Março de 2019.

_____. (2017). Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm> Acesso em: 23 de Março de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. **Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Políticas Públicas**. – 2. ed. – Brasília: CFP, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. RESOLUÇÃO CFP 06/2019 Comentada orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. **Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: CFP, 2019.

COSTA, J. T; SILVA, F. S; SILVEIRA, C. A. B. As práticas grupais e a atuação do psicólogo: intervenções em grupo no estágio de processos grupais. **VINCULO – Revista do NESME**, São Paulo-SP, v. 15, n.1, 2018.

COUTINHO, M. M. L; MORAIS, N. A. O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro-RJ, v. 18 n. 1 p. 93-113, 2018.

DESLANDES, S. *et al.* Capacitação profissional para o enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro-RJ, v.31, n.2, 431-435, 2015.

FARINELLI, C. C; PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **O Social em Questão** - Ano XIX - nº 35 - 2016.

HOHENDORFF, J. V; HABIGZANG L. F; KOLLER, S. H. Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento. **Psicologia: Ciência E Profissão**, Brasília-DF, v.35, n.1,182-198, 2015.

HOHENDORFF, J. V; PATIAS, N. D. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul-RS, n.49, 239-257, 2017.

LEMES, C. B; NETO, J. O; Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto-SP v.25, nº 1, p.17-28, 2017.

MACEDO, E. O. S; CONCEIÇÃO, M. I. G. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del Rei. v.12, n.1, 2017.

MARRA, M. M. **Conversas criativas e abuso sexual**: Uma proposta para o atendimento psicossocial. 1ed. São Paulo: Editora Ágora, 2016.

MOMBELLI, N. F; TOMAIM, C. S. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. **Revista Lumina**, Juiz de Fora-SC, v.8, n.2, 2014.

NASCIMENTO, D. B; ROSA, E. M. O uso do Mapa dos Cinco Campos no estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo-RS, v.8, n.2, 2015.

ROSSATO, L. *et al.* Perfil de atendimentos psicológicos em contextos de violência sexual infantojuvenil: revisão integrativa da literatura. **Contextos Clínicos**, , São Leopoldo-RS, v.11, n.3, 2018.

ROTHER, E. T. Revisão Sistemática X Revisão Narrativa. **Acta Paul Enferm**, São Paulo-SP, v.20, n.2, 2007.

SANTOS, M. J. *et al.* Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental – Brasil, 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro-RJ, v.24, n.2, p.535-544, 2019.

VARELA, C. MELO, S. M. M. Educação sexual, crianças e mídias. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara-SP, v.10, n.2, p.341-356, 2015.

VELOSO, M. M. X; MAGALHÃES, C. M. C; CABRAL, I. R. Identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, São Paulo-SP, v.25, n.1, p.1-8, 2017